

Bruxelas, 21 de setembro de 2018 (OR. en)

12162/18

Dossiê interinstitucional: 2017/0248(CNS)

FISC 358 ECOFIN 823

NOTA PONTO "I/A"

de:	Secretariado-Geral do Conselho
para:	Comité de Representantes Permanentes/Conselho
n.° doc. Com.:	14893/17 FISC 308 ECOFIN 1031 - COM(2017) 706 final
Assunto:	Projeto de REGULAMENTO DO CONSELHO que altera os Regulamentos (UE) n.º 904/2010 e (UE) 2017/2454 no que diz respeito às medidas destinadas a reforçar a cooperação administrativa no domínio do imposto sobre o valor acrescentado
	– Adoção

- 1. Em 30 de novembro de 2017, a Comissão apresentou uma proposta alterada de regulamento que altera o Regulamento (UE) n.º 904/2010 no que diz respeito às medidas destinadas a reforçar a cooperação administrativa no domínio do imposto sobre o valor acrescentado¹.
- 2. Esta iniciativa faz parte do "pacote em matéria de equidade fiscal com vista à criação de um espaço único do imposto sobre o valor acrescentado na UE", estabelecido no Roteiro da Comissão para uma União mais coesa, mais forte e mais democrática. O seu objetivo é lutar contra a fraude transfronteiras ao IVA através da aplicação das recomendações do Conselho, do Parlamento Europeu e do Tribunal de Contas Europeu e melhorar drástica e rapidamente as modalidades de cooperação das administrações fiscais entre si e com outros organismos responsáveis pela aplicação da lei.

12162/18 cfs/mjb 1 ECOMP.2.B **PT**

Doc. 14893/17 FISC 308 ECOFIN 1031.

- 3. Em 22 de junho de 2018, o Conselho chegou a um acordo geral sobre o texto de compromisso da Presidência.²
- 4. O Comité Económico e Social Europeu emitiu o seu parecer sobre esta proposta legislativa em 23 de maio de 2018³, e o parecer do Parlamento Europeu foi emitido em 3 de julho de 2018.
- 5. Convida-se por conseguinte o Comité de Representantes Permanentes a sugerir ao Conselho que:
 - adote, como ponto "A" da ordem do dia de uma próxima reunião, o Regulamento do Conselho que altera os Regulamentos (UE) n.º 904/2010 e (UE) 2017/2454 no que diz respeito às medidas destinadas a reforçar a cooperação administrativa no domínio do imposto sobre o valor acrescentado, tal como finalizado pelos juristas--linguistas no doc. 10472/18 FISC 276 ECOFIN 667.

2 Doc. 9820/18 FISC 252 ECOFIN 578.

12162/18 cfs/mjb ECOMP.2.B

Doc. 9762/18 FISC 246 ECOFIN 570.